

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

O direito administrativo é um conjunto de normas e princípios que rege a atuação da administração pública. Assinale a opção que indica apenas as fontes do direito administrativo.

- A lei, jurisprudência, normas e regras
- costumes, regras, jurisprudência e normas
- jurisprudência, costumes, lei e doutrina
- normas, lei, doutrina e regras
- lei, normas, jurisprudência e doutrina

Questão 22

Acerca da extinção dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A anulação retira do mundo jurídico atos com defeito, produzindo efeitos prospectivos (*ex nunc*).
- A revogação é um ato discricionário, produzindo efeitos *ex tunc*.
- A revogação de um ato administrativo somente é possível por intermédio do Poder Judiciário.
- A cassação é a extinção do ato administrativo por descumprimento na sua execução.
- A anulação tem como motivo a conveniência e a oportunidade, enquanto a cassação funciona como uma espécie de sanção para aqueles que tenham deixado de cumprir as condições determinadas pelo ato.

Questão 23

Suponha que um tribunal tenha aberto edital de licitação na modalidade pregão. Nesse caso, conforme a Lei n.º 10.520/2002, observada a proposta de menor valor, participarão da sessão de lances os interessados que apresentarem ofertas com preços superiores àquele em até

- 2%.
- 3%.
- 5%.
- 10%.
- 15%.

Questão 24

O Estado é formado pela junção de três elementos originários e indissociáveis, que são

- território, autonomia e Constituição Federal.
- autonomia, povo e governo.
- Constituição Federal, governo e autonomia.
- território, povo e governo.
- povo, Constituição Federal e território.

Questão 25

Assinale a opção que apresenta o nome do ato administrativo pelo qual a administração pública consente que o particular utilize bem público de modo privativo, atendendo exclusivamente ao interesse do particular.

- concessão de uso
- permissão de uso
- autorização de uso
- permissão de uso especial
- concessão de direito real

Questão 26

No que tange à organização administrativa e aos institutos da centralização, da descentralização e da desconcentração, julgue os itens a seguir.

- I A diferença preponderante entre os institutos da descentralização e da desconcentração decorre do número de pessoas envolvidas.
- II A descentralização ocorre no âmbito de uma única pessoa jurídica.
- III A desconcentração administrativa acontece quando a administração reparte as atribuições e competências dentro de um mesmo órgão.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas o item II está certo.
- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

Questão 27

Conceitualmente, ato administrativo

- é a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Judiciário.
- é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.
- ocorre quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.
- ocorre quando o fato descrito na norma produz efeitos no campo do direito administrativo.
- é todo ato praticado no exercício da função administrativa.

Questão 28

No que tange à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992.

- I Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, a Lei n.º 8.429/1992 prevê como sanção a suspensão dos direitos políticos, sem tipificação na Constituição Federal de 1988.
- II São espécies de atos de improbidade administrativa aqueles que atentam contra o decoro parlamentar e contra a dignidade da justiça.
- III Os herdeiros daquele que tenha causado lesão ao patrimônio público estarão sujeitos às cominações legais até o limite do valor da herança.

Assinale a opção correta.

- Nenhum item está certo.
- Apenas o item II está certo.
- Apenas o item III está certo.
- Apenas os itens I e II estão certos.
- Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 29

Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o

- direito à moradia.
- direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.
- direito à propriedade.
- direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- direito à assistência jurídica integral e gratuita.

Questão 30

Acerca dos princípios fundamentais, nos termos da Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- I O poder que emana do povo só pode ser exercido por meio de representantes eleitos.
- II Nas relações internacionais, o Brasil rege-se, entre outros, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- III São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- IV A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Questão 31

Acerca da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

- I O desmembramento de município far-se-á por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações que serão atingidas, sem a necessidade de divulgação prévia dos estudos de viabilidade municipal na imprensa oficial.
- II Mediante a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar, os estados podem incorporar-se entre si.
- III É permitida à União a criação de distinções entre brasileiros.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 32

O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de

- A vetar projetos de lei.
- B decretar estado de defesa e estado de sítio.
- C prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
- D editar medidas provisórias.
- E conferir condecorações e distinções honoríficas.

Questão 33

Com relação às competências dos órgãos do Poder Judiciário, julgue os seguintes itens.

- I A competência dos tribunais estaduais será definida na Constituição dos respectivos estados, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.
- II Compete à justiça comum estadual processar e julgar as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
- III Compete ao STF julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

Questão 34

Quanto aos seus poderes investigatórios, as comissões parlamentares de inquérito (CPI)

- I não têm o poder geral de cautela conferido aos juízes.
- II não podem decretar quebra de sigilo bancário.
- III não podem decretar a prisão preventiva de pessoas por elas investigadas.
- IV não podem decretar a prisão em flagrante de pessoa por elas investigada.
- V têm poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B II e III.
- C I, IV e V.
- D I, II, III e V.
- E II, III, IV e V.

Questão 35

No que se refere à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- A A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e os territórios.
- B Os estados poderão incorporar-se entre si para atender a interesses econômicos, independentemente de consulta prévia à população.
- C Apesar de garantir a liberdade de crença e de culto a todas as religiões, a Constituição Federal de 1988 dispõe que o cristianismo é a religião oficial da República Federativa do Brasil.
- D A divisão político-administrativa interna da Federação brasileira é imutável.
- E É matéria de lei complementar a criação, a transformação em estado ou a reintegração ao estado de origem dos territórios federais.

Questão 36

Com relação aos atos normativos adotados no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- I A suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF, no controle concreto difuso, se dá por meio de resolução.
- II O Congresso Nacional suspende, por meio de decreto legislativo, os atos normativos do presidente da República que exorbitem do poder regulamentar.
- III O Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, pode criar um tipo penal por meio de lei complementar.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 37

No contexto da responsabilidade civil, o Código Civil em vigor abandonou a técnica da culpa presumida e passou a se valer da teoria do risco, prevendo que a responsabilidade civil por ato de terceiro dispensa a prova de culpa, introduzindo, assim, o instituto da responsabilidade objetiva no cenário jurídico brasileiro.

A respeito da responsabilidade civil por ato praticado por terceiro, assinale a opção correta, com base no Código Civil.

- A** Aqueles que participarem gratuitamente do produto do crime responderão civilmente, sendo, nesse caso, subsidiária a responsabilidade, até a concorrente quantia.
- B** Em regra, o tutor responde pelos atos praticados por seus pupilos, enquanto o curador não responderá pelos prejuízos causados por seus curatelados.
- C** Os pais respondem pelos atos praticados por seu filho menor de idade, sendo irrelevante o fato de ele estar ou não sob sua autoridade e em sua companhia.
- D** Os donos de hotéis e hospedarias, em regra, serão responsabilizados solidariamente pelos atos danosos praticados por seus hóspedes ou moradores dentro do estabelecimento.
- E** O empregador é responsável pelos atos de seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir, mas não será responsável pelos atos de seus prepostos nessas mesmas condições.

Questão 38

Composta por um conjunto de pessoas, essa modalidade de pessoa jurídica possui fins determinados, não lucrativos, e pode ser considerada uma espécie de corporação; pode desenvolver atividade econômica, desde que não haja finalidade lucrativa; não há direitos e obrigações recíprocas entre as pessoas que a compõem; tem identidade diversa de seus membros e deve ser registrada no registro civil de pessoas jurídicas.

O texto precedente apresenta uma descrição de

- A** sociedade.
- B** associação.
- C** fundação privada.
- D** organização religiosa.
- E** empresa individual de responsabilidade limitada.

Questão 39

Vanessa, casada com Marcos havia três anos, estava grávida do seu primeiro filho, fruto dessa união. Apesar de a gestação ter sido tranquila, houve complicações no momento do parto, o que ocasionou a necessidade de entubar o recém-nascido, que, infelizmente, veio a óbito cinco horas após o parto.

Considerando essa situação hipotética e as regras acerca da pessoa natural e dos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- A** Segundo a teoria natalista, majoritariamente adotada pela legislação brasileira e pela doutrina contemporânea, o recém-nascido adquiriu seus direitos à personalidade na ocasião exata do parto, no momento em que respirou pela primeira vez.
- B** Conforme a teoria da personalidade condicionada, adotada pela legislação brasileira em vigor e defendida pela doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido não chegou a adquirir os direitos de personalidade, pois veio a óbito logo após o parto.
- C** Segundo a atual interpretação da lei e a doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido adquiriu os direitos à personalidade por ter nascido com vida, mas teve todos seus direitos extintos a partir da data do seu óbito.
- D** Os direitos à personalidade da criança estão assegurados desde o momento de sua concepção, independentemente do nascimento com vida ou não, em respeito à teoria concepcionista, adotada pela legislação brasileira e defendida pela doutrina majoritária contemporânea.
- E** Todos os direitos da personalidade da criança em questão foram extintos com seu óbito, visto que não há como se assegurar nenhum direito a alguém cujo falecimento foi atestado em certidão de óbito registrada em órgão competente.

Questão 40

Joana herdou de sua avó uma chácara localizada no interior do estado de Minas Gerais. A fim de tornar o local seu novo domicílio, Joana decidiu reformar a rústica casa localizada nessa chácara, mas desejava manter alguns itens originais, para imortalizar a memória de sua avó. Por essa razão, Joana contratou uma empresa especializada para fazer a manutenção dos vitrais da casa, que possuíam *design* único. A empresa retirou todos os vitrais para realizar a manutenção e recolocá-los em momento oportuno. Ademais, para afirmar seus valores ambientais, Joana contratou uma empresa de energia solar, para a instalação de painéis solares, afirmando não pretender fazer uso de energia elétrica no local. Por fim, Joana solicitou que o piso da casa fosse removido e substituído por outro. O empreiteiro responsável pela reforma do piso equivocou-se no cálculo do quantitativo de material, de modo que três caixas do piso comprado por Joana sobraram e foram guardadas em uma despensa.

Nessa situação hipotética, classificam-se como bens imóveis apenas

- A** as três caixas de piso que sobraram e os painéis de energia solar.
- B** os vitrais da casa.
- C** os painéis de energia solar e os vitrais da casa.
- D** as três caixas de piso que sobraram.
- E** os painéis de energia solar.

Questão 41

Paula firmou negócio jurídico com Diogo em 20/1/2014. Nessa data, as partes assinaram contrato de compra e venda de um veículo automotor pelo valor de R\$ 90 mil. No contrato escrito, Paula se comprometeu a pagar a Diogo esse em 10 parcelas de R\$ 9 mil, de modo que cada uma das parcelas teria como vencimento o dia 10 de cada mês, tendo sido o início do adimplemento fixado para 10/2/2014. Contudo, após o pagamento de quatro parcelas, Paula ficou desempregada e entrou em crise financeira, o que resultou no inadimplemento das demais prestações. Como Diogo conhecia Paula e não precisava do dinheiro naquele momento, resolveu protelar a cobrança da dívida. Após alguns anos, vislumbrando que não receberia o valor de forma amigável, Diogo, em 15/8/2021, protocolou ação judicial para cobrar de Paula o valor remanescente.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que, segundo as regras de prescrição e decadência e o entendimento do STJ, a cobrança de valores oriundos de responsabilidade contratual deve ser feita no prazo

- A** prescricional de três anos após a data do inadimplemento, razão pela qual o pleito de Diogo não prosperará.
- B** prescricional de cinco anos após a data do inadimplemento, razão pela qual o pleito de Diogo não prosperará.
- C** prescricional de dez anos, razão pela qual o pleito de Diogo poderá prosperar.
- D** geral de vinte anos, razão pela qual o pedido de Diogo poderá prosperar.
- E** decadencial de dez anos, razão pela qual o pleito de Diogo poderá prosperar.

Questão 42

Acerca dos vícios do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A** O negócio jurídico pode ser anulado por ignorância, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte ludibriada.
- B** O dolo acidental é aquele que não é a causa própria do negócio jurídico, não podendo por si só dar razão a sua anulabilidade, mas tão somente a obrigatoriedade de o sujeito agente arcar com perdas e danos, em favor do indivíduo prejudicado.
- C** O erro é um vício de consentimento do negócio jurídico que pode ser conceituado como uma pressão física ou moral que um dos negociantes exerce sobre o outro com a finalidade de induzi-lo a se comprometer com uma obrigação que não lhe é conveniente.
- D** A coação é um vício do negócio jurídico que ocorrerá quando um dos indivíduos ou pessoa de sua família estiver em perigo conhecido pela outra parte, sendo o perigo a única razão para a realização do negócio jurídico.
- E** O dolo ocorre quando um dos negociantes, por inexperiência, se obriga a uma prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, de maneira que um dos sujeitos do negócio massacra patrimonialmente a parte contrária.

Questão 43

Com relação aos elementos constitutivos das obrigações, assinale a opção correta.

- A** O elemento subjetivo das obrigações diz respeito à prestação obrigacional propriamente dita.
- B** Para a obrigação ser válida no âmbito jurídico, basta que apenas um dos elementos constitutivos da obrigação esteja configurado.
- C** Os elementos constitutivos das obrigações são formados unicamente pelos sujeitos que se vinculam a elas.
- D** O objeto imediato da obrigação pode ser uma prestação positiva ou negativa; a prestação negativa tem como objeto uma obrigação de fazer.
- E** O elemento imaterial diz respeito ao elo que sujeita o devedor a determinada prestação em favor do credor, criando-se o vínculo legal que une esses sujeitos.

Questão 44

Caso a parte vencida não apresente recurso contra a sentença no prazo estipulado no Código de Processo Civil, será dada causa à preclusão

- A** punitiva.
- B** formal.
- C** consumativa.
- D** temporal.
- E** lógica.

Questão 45

Assinale a opção que apresenta o princípio segundo o qual é vedado ao juiz de direito conferir a outrem as suas funções.

- A** princípio da territorialidade
- B** princípio da investitura
- C** princípio da indelegabilidade
- D** princípio da funcionalidade
- E** princípio da inevitabilidade

Questão 46

Os honorários advocatícios possuem os mesmos privilégios dos créditos

- A** quirografários.
- B** trabalhistas.
- C** tributários.
- D** fiscais.
- E** previdenciários.

Questão 47

João, na condição de indiretamente interessado em que a sentença seja favorável ao réu, requereu sua intervenção no processo para auxiliá-lo.

Nessa situação hipotética, configurou-se

- A** chamamento.
- B** litisconsórcio.
- C** assistência simples.
- D** assistência litisconsorcial.
- E** denúncia.

Questão 48

De acordo com o Código de Processo Civil, será inepta a petição inicial se

- A** os pedidos forem incompatíveis entre si.
- B** carecer de pedido de citação do réu.
- C** o pedido for genérico.
- D** o pedido for juridicamente impossível.
- E** estiver desacompanhada dos documentos essenciais.

Questão 49

Em ação de indenização por danos materiais, se a confissão do réu tiver decorrido de erro de fato, ela poderá ser

- A retratada.
- B ineficaz.
- C desconsiderada.
- D revogada.
- E anulada.

Questão 50

De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito ao autor apresentar pedido de desistência da ação até

- A a audiência de instrução, se houver.
- B a audiência de conciliação.
- C o oferecimento da contestação.
- D a sentença.
- E o saneamento do processo.

Questão 51

Um servidor de uma empresa estatal deu causa à contratação direta com particular, promovendo licitação para o fornecimento de bens, fora das hipóteses previstas em lei, instaurando-se, por consequência, a competente ação penal.

Nessa situação hipotética, tratando-se de empresa estatal,

- A são aplicáveis as disposições penais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021).
- B são aplicáveis as disposições penais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), todavia com penas diversas e menos rigorosas.
- C não se aplica nenhuma das disposições penais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021).
- D são aplicáveis as disposições penais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021) somente de forma extensiva, quando a lei especial não disciplinar a matéria.
- E não são aplicáveis as disposições penais da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), salvo as penas pecuniárias.

Questão 52

Como regra, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito quando

- A a condenação for decorrente de crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, com pena inferior a oito anos de reclusão.
- B o réu tiver sido condenado em uma única ação penal, sendo vedado o cumprimento simultâneo de duas penas restritivas decorrentes de processos distintos.
- C a condenação for decorrente de crime culposo, desde que a pena seja inferior a quatro anos de reclusão.
- D o réu, sendo reincidente em crime doloso, tiver sido condenado por crime de igual tipo penal.
- E a condenação for decorrente de crime de abuso de autoridade, não aplicáveis, no entanto, as penas de limitação de final de semana e de prestação pecuniária, entre outras.

Questão 53

A decretação de medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais caracteriza crime de abuso de autoridade, podendo ser sujeito ativo desse tipo penal

- A o particular, independentemente de atuação conjunta com um agente público.
- B somente membros do Poder Judiciário.
- C qualquer agente público.
- D somente a autoridade policial, quando da lavratura de prisão em flagrante.
- E somente membros do Ministério Público.

Questão 54

Quanto à eficácia espacial da lei penal à luz do princípio da territorialidade, é correto afirmar que a lei penal só tem aplicação no

- A Estado que a tenha determinado, independentemente da nacionalidade do agente e do bem jurídico tutelado.
- B Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, a nacionalidade do sujeito ativo do delito.
- C Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o espaço geográfico delimitado por fronteiras.
- D Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o titular do bem jurídico tutelado.
- E Estado que a tenha determinado, considerando-se, unicamente, a nacionalidade da vítima.

Questão 55

Foi atribuída a um cidadão a autoria de um homicídio, não se encontrando o agente acobertado por nenhuma justificativa.

Nessa situação hipotética, conforme a teoria da culpabilidade adotada pelo ordenamento jurídico penal brasileiro, o fato será

- A culpável se demonstrado o dolo ou a culpa do agente, principais elementos da culpabilidade.
- B considerado culpável se o agente, ao tempo do crime, tiver agido sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.
- C culpável se demonstrada a ilicitude da conduta do agente, elemento intrínseco da culpabilidade.
- D culpável se o agente, ao tempo do crime, fosse imputável, detivesse potencial consciência da ilicitude e não lhe fosse exigido outro comportamento.
- E considerado culpável se o agente tiver atuado sem a consciência da ilicitude do fato, sem que lhe fosse possível ter ou atingir esse conhecimento.

Questão 56

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- A analogia.
- B interpretação progressiva.
- C interpretação autêntica.
- D interpretação analógica.
- E interpretação declarativa.

Questão 57

Um servidor público foi processado e julgado por crime de peculato culposo, todavia, antes do trânsito em julgado da sentença, ele ressarciu o erário do prejuízo causado.

Nessa situação hipotética, a reparação do dano pelo servidor constitui

- A causa excludente da culpabilidade.
- B causa suprallegal de antijuridicidade.
- C causa atenuante da pena.
- D causa extintiva de punibilidade.
- E excludente de ilicitude.

Questão 58

Uma decisão de um tribunal de justiça estadual, em última instância, denegou *habeas corpus* impetrado em favor de um cidadão.

Nessa situação hipotética, contra o acórdão que denegou a ordem caberá

- A recurso especial para o STJ.
- B recurso ordinário constitucional ao STF.
- C recurso ordinário constitucional ao STJ.
- D recurso extraordinário ao STF.
- E agravo regimental perante o tribunal que denegou a ordem.

Questão 59

Inquérito policial arquivado pelo Ministério Público por ausência de elementos suficientes de informação importa

- A coisa julgada material.
- B ilegitimidade *ad causam*.
- C ilegitimidade *ad processum*.
- D ausência de justa causa processual em sentido estrito.
- E prescrição da pretensão punitiva estatal.

Questão 60

Julgada procedente a exceção de ilegitimidade *ad causam*, caberá

- A correção parcial.
- B recurso em sentido estrito.
- C apelação.
- D arguição de nulidade absoluta do processo.
- E embargos de declaração.

Questão 61

Joana foi vítima de agressão praticada por seu companheiro, com quem ela convivia maritalmente havia mais de vinte anos. A agressão resultou em lesão corporal leve, devidamente comprovada por laudo médico pericial.

Nessa situação hipotética, eventual ação penal será

- A pública condicionada.
- B pública e seguirá o rito sumaríssimo.
- C pública condicionada somente para fins de instauração de inquérito policial.
- D precedida de audiência conciliatória, cabível, nessa fase, a retratação da vítima.
- E pública incondicionada.

Questão 62

No âmbito de uma delegacia de polícia especializada na repressão de crimes previstos na Lei n.º 11.343/2006, foram apreendidos quinhentos quilos de maconha, que estavam abandonados em um contêiner instalado em um terreno baldio. Não foi identificado o proprietário do depósito, tampouco houve prisão em flagrante de qualquer suspeito ou envolvido no delito.

Nessa situação hipotética, de acordo com a lei de regência, a droga apreendida deverá ser

- A incinerada, mediante autorização judicial e com a lavratura de laudo preliminar, no prazo máximo de trinta dias, contado da data da apreensão.
- B incinerada, mediante autorização judicial, no prazo máximo de trinta dias, contado da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- C incinerada, independentemente de autorização judicial, no prazo máximo de trinta dias, contado da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- D incinerada ao final da conclusão do inquérito policial pertinente, mediante autorização judicial e com a lavratura do laudo definitivo.
- E incinerada, independentemente de autorização judicial, no prazo máximo de sessenta dias, contado da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

Questão 63

Tendo em vista a relevância do princípio da oralidade no âmbito da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- A O mandato ao advogado do réu pode ser feito oralmente, salvo quanto aos poderes especiais.
- B Tanto a sentença quanto o dispositivo que a embasa serão proferidos oralmente, em ato único da audiência de instrução e julgamento.
- C A contestação, como exceção, deve, obrigatoriamente, ser feita por escrito.
- D Todo e qualquer recurso pode ser feito oralmente, tão logo prolatada a sentença.
- E O pedido originário deverá, obrigatoriamente, ser feito por escrito, mas todo e qualquer aditamento poderá ser realizado oralmente.

Questão 64

Os benefícios decorrentes da colaboração premiada prevista na Lei n.º 12.850/2013

- A são conferidos apenas àquele que confesse a prática delituosa anteriormente à sentença condenatória.
- B não importam o sobrestamento do prazo para o oferecimento da denúncia.
- C oportunizam unicamente a substituição da pena de detenção por pena restritiva de direitos.
- D independem de homologação judicial, bastando o aval do Ministério Público.
- E podem, em determinados casos, resultar em perdão ministerial caracterizado pelo não oferecimento da denúncia.

Questão 65

Acerca dos direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

- I É dever exclusivo dos pais e dos responsáveis velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- II O castigo físico consiste em ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.
- III O tratamento cruel ou degradante consiste em conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.
- IV Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão comunicados, obrigatoriamente, à autoridade judicial local, que poderá, de maneira fundamentada e se entender cabível, encaminhar o caso ao Conselho Tutelar da respectiva localidade para a adoção de providências.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 66

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a colocação da criança ou adolescente em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade

- A** de tutela.
- B** de tutela ou de guarda.
- C** de guarda.
- D** de adoção.
- E** de adoção ou de guarda.

Questão 67

De acordo com o ECA, o adotante deve

- A** ser maior de vinte e um anos e ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- B** ser maior de dezoito anos e ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- C** ser maior de vinte e um anos e ser, pelo menos, vinte e um anos mais velho do que o adotando.
- D** ser maior de vinte e um anos e ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- E** ser maior de dezoito anos e ser, pelo menos, vinte e um anos mais velho do que o adotando.

Questão 68

Com relação às medidas socioeducativas, o ECA determina que pode ser aplicada, desde que haja prova da materialidade e indícios suficientes da autoria,

- A** a obrigação de reparar o dano.
- B** a liberdade assistida.
- C** a prestação de serviços à comunidade.
- D** a internação em estabelecimento educacional.
- E** a advertência.

Questão 69

A internação é uma medida socioeducativa excepcional por implicar a privação de liberdade do adolescente. Essa medida

- A** tem prazo determinado de seis meses, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada dois meses; não poderá exceder, em somatório no caso de reincidência, a cinco anos e a sua liberação será compulsória quando o adolescente completar dezoito anos de idade.
- B** tem prazo determinado de seis meses, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada dois meses; não poderá exceder, em somatório no caso de reincidência, a três anos e a sua liberação será compulsória quando o adolescente completar vinte e um anos de idade.
- C** não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses; não poderá exceder a três anos e a sua liberação será compulsória quando o adolescente completar vinte e um anos de idade.
- D** não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses; não poderá exceder a cinco anos e a sua liberação será compulsória quando o adolescente completar dezoito anos de idade.
- E** não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses; não poderá exceder a cinco anos e a sua liberação será compulsória quando o adolescente completar vinte e um anos de idade.

Questão 70

Os prazos estabelecidos pelo ECA, que são aplicáveis aos procedimentos previstos nesse diploma legal, são contados

- A** em dias úteis, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.
- B** em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.
- C** em dias úteis, incluído o dia do começo e excluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.
- D** em dias corridos, incluído o dia do começo e excluído o dia do vencimento, inclusive quanto ao prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.
- E** em dias úteis, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, inclusive quanto ao prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público.